A LINGUAGEM JURÍDICA ENQUANTO BARREIRA PARA EFETIVA PROTEÇÃO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Maria Eduarda Pereira Arquette Leite (UENF)

mariaearquette@hotmail.com

Alinne Arquette Leite Novais (UENF)

alinnearquette@gmail.com

Maria Cristina de Oliveira Adriano (UENF)

cristinadriano@hotmail.com

A comunicação acontece quando o enunciador e seu remetente compreendem a mensagem transmitida. Dentre os problemas de acesso à justiça, encontra-se a complexidade que gira em torno do discurso jurídico, vulgarmente nomeado por “juridiquês”. Entende-se que, por vezes, essa comunicação pode não ser efetiva, tornando inacessível ao leigo, que deve ter seus direitos assegurados enquanto cidadão. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo refletir sobre a efetividade da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), no que tange a sua linguagem. Para isso, a metodologia aplicada é de cunho qualitativo, fundamentada na revisão de literatura e documental, seguindo os parâmetros interpretativos. Evidencia-se, portanto, a importância de um discurso simplificado, que na referida Lei, garante os direitos da mulher, bem como seu pleno acesso à justiça.

Palavras-chave:

Linguagem jurídica. violência doméstica. Acesso à justiça.